

Ismarth defende versão da Funai

Da Sucursal e do correspondente

ESP 22/11/75

O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, revelou-se surpreso ontem com a notícia de que não foi revide a agressão sofrida pelo técnico indigenista Mario Muriel o que levou os índios guajaras a atacar o povoado de Marajá, no Maranhão, mas uma mobilização espontânea para expulsar os colonos de suas terras. "Por enquanto — afirmou o general — prefiro acreditar na versão que recebi da Delegacia Regional de São Luiz, até que a Polícia Federal, responsável pela apuração das causas do incidente, envie a Brasília as conclusões do inquerito que está fazendo na área".

O general tomou conhecimento da nova versão do ataque pelos jornais e deixou claro que, de imediato, a Funai não tem soluções para o impasse criado na área. "Temos apenas a garantia da Companhia EIT de que os colonos poderão ser reassentados em outro local, liberando a área indígena".

Na verdade, o ataque dos índios pegou de surpresa toda a Funai. O presidente e seus auxiliares achavam que os índios teriam paciência de esperar por uma solução para o problema dos invasores, o que não ocorreu. A Funai nem concluiu ainda o levantamento que está realizando na área dos guajaras, segundo afirmou o general. "Estamos tentando resolver os problemas das invasões de áreas indígenas em todo o país de forma a não criar um grave problema social — disse o general. — A Funai poderia usar do poder de polícia de

que dispõe para solucionar esses casos, mas achamos melhor agir com calma, sem precipitações. Herdamos graves problemas de ocupações ilegais dessas áreas e não podemos resolvê-los da noite para o dia. Dependemos do apoio de outros órgãos de governo e este apoio não tem faltado. Mas tudo exige algum tempo e algumas comunidades estão impacientes com a demora".

Para o secretário-executivo do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, contudo, a falta de apoio encontrada pela Funai em outros setores do governo que tratam dos problemas fundiários é um dos problemas que impedem uma solução mais racional para o problema da invasão das áreas indígenas. O outro é a existência do DGPI Departamento Geral do Patrimônio Indígena, na opinião dos missionários uma espécie de "eminência parda" dentro da Fundação, que tem adotado uma política dubia em relação ao problema.

O assessor para assuntos de terras do Cimi, padre Egydio Schwade, acha que o grande desafio da Funai é conseguir êxito na luta com os latifundiários que ocupam as terras indígenas e com os governos estaduais, que as vendem ilegalmente. Ele também volta suas acusações, no entanto, especialmente para o DGPI, afirmando que esse departamento até hoje vem emitindo certidões negativas de presença de índios em áreas habitadas por estas comunidades. "Isto vem ocorrendo desde a administração passada. O exemplo claro é o dos suruí, em Rondônia, cujo território foi invadido pe-

la Colonizadora Itaporanga. Soubemos, no entanto, que mais certidões negativas foram emitidas no ano passado para a mesma área, reforçando a idéia de que o DGPI continua usufruindo de total autonomia dentro da Funai, permitindo a entrada de estranhos em áreas indígenas, apesar dos bons propósitos manifestados pelo presidente do órgão".

Na área dos guajaras, permanece indefinida a situação das famílias expulsas do povoado de Marajá, destruído pelos índios na segunda-feira. Até ontem, o governo maranhense não havia adotado qualquer medida para resolver o problema, do qual só tomou conhecimento por intermédio dos jornais. A delegacia regional da Funai, por sua vez, reiterou que seu caso "é apenas com o índio" e que uma solução para a situação dos posseiros desabrigados é de "competência do Estado".

Ocorre que nem o governador Nunes Freire, nem o procurador-geral do Estado se encontram em São Luiz e seus assessores revelam completo desconhecimento do problema, embora a Construtora EIT tenha efetivamente colocado à disposição do Estado uma área de terra para abrigar os posseiros.

Enquanto a maior parte dos desabrigados vive em barracões improvisados, às margens da rodovia MA-1, os índios que participaram do ataque ao povoado permanecem reunidos em suas aldeias, temendo uma represália. Isso, contudo, dificilmente deverá ocorrer.